



A HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA DE SEBASTIÃO DA ROCHA PITA: SUA ESCRITA E SEU CONTEXTO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3599

Cintia Goncalves Gomes Oliveira, UNESP

Resumo

A proposta deste trabalho é apresentar os primeiros resultados obtidos com desenvolvimento do projeto de pesquisa de doutorado em andamento, no qual analisamos a obra de Sebastião da Rocha Pita *História da América Portuguesa* dentro do contexto das lutas por uma recuperação econômica no início do século XVIII em Portugal. Para tanto, partimos do pressuposto de que todo texto é produzido num lugar que é definido não apenas pelo autor, pelo seu estilo e por sua história de vida, mas principalmente pela sociedade em que está envolvido, pelas dimensões desta sociedade que influenciam o autor, e através dele no texto, como demonstra José D'Assunção Barros, em seu texto *História política, discurso e imaginário* (2005). Dessa maneira, além de considerarmos os diversos cargos de Rocha Pita tanto na sociedade baiana quanto em Portugal e o contexto que o mesmo vivia, entre finais do século XVII e início do XVIII, também procuramos compreender os possíveis motivos para o mesmo conseguir a publicação de seu livro “com todas as licenças necessárias”, como está presente na primeira versão da obra, em um momento em que Portugal passava por uma complexa situação econômica. Por conseguinte, buscaremos apresentar como Rocha Pita vivenciou tal conjuntura e como esta influenciou na escrita e publicação de sua *História*.

Palavras Chave:

Rocha Pita; Século XVIII; Portugal.

O presente trabalho tem como propósito apresentar os primeiros resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto de pesquisa de doutorado em andamento, na qual estudamos a obra *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, dentro do contexto de busca por soluções de problemas enfrentados por Portugal na primeira metade do século XVIII. Para realizarmos nossa análise, partimos do pressuposto apresentado por José D'Assunção Barros (2005), o qual todo texto é produzido num lugar que é definido não somente pelo seu autor, mas também pela sociedade em que ele está inserido, a qual influencia o autor e consequentemente a sua obra.

Michel de Certeau em *A operação historiográfica* (1982) salienta a importância de considerar o lugar social do historiador no processo de análise de seu discurso, já que este é fruto do ambiente em que está inserido, sofrendo com as mudanças, pressões e transformações do meio¹, assim, se faz necessária uma breve apresentação da biografia de nosso autor estudado, o historiador Sebastião da Rocha Pita, que segunda consta, nasceu e faleceu em Salvador, vivendo entre 1660 e 1738. Estou no colégio dos jesuítas e na universidade de Coimbra². Senhor de engenho, no decorrer de sua vida foi nomeado para diversos cargos importantes tanto em Portugal quanto na América Portuguesa, como por exemplo, coronel do regimento privilegiado de ordenanças, acadêmico supranumerário da Academia Real de História Portuguesa e membro da Academia Brasílica dos Esquecidos³. Para escrever seu livro *História da América Portuguesa*, aprendeu francês, holandês e italiano, com a finalidade de ler a documentação referente

ao período que se dedicava⁴, a qual reuniu por meio das viagens que fizera pelo Estado do Brasil e Lisboa⁵. Por conseguinte, podemos notar que o autor era uma pessoa importante na sociedade do período e que sua escrita, por ser membro de duas academias literárias, seguia as condições e as circunstâncias ditadas por tais instituições.

Todavia, para que possamos estudar a obra de Rocha Pita, devemos considerar não somente sua literalidade, mas também seu contexto de produção, pois, como afirma Certeau, antes mesmo de estudar o que a história revela sobre uma sociedade determinada, é preciso “saber como funciona dentro dela”, já que “esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros”⁶, ou como mostra Lawrence Stone, devemos conhecer não somente o “funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles”, mas também da estrutura e mobilidade sociais, além de compreender a “correlação de movimentos intelectuais” com fatores sociais. Isso permite “identificar a realidade social e descrever e analisar (...) a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior”⁷, por estes motivos elencados, voltamo-nos para a primeira metade do século XVIII, período no qual Rocha Pita viveu e escreveu sua obra.

O início dos setecentos foi um período bastante complicado, como nos mostra Laura de Mello e Souza, tanto para Portugal como para seus domínios, uma vez que, no continente europeu, a conjuntura da Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714) levou os lusitanos a se aproximarem da Inglaterra e se colocarem “contra as pretensões

1CERTEAU, 1982, p. 70-73.

2AGUIAR, 2000, p. 55-56.

3BLAKE, 1970, v. 7, p. 214.

4ALMEIDA, 2003, p. 335-336.

5SINKEVISQUE, 2015, p. 18.

6CERTEAU, 1982, p. 75-76.

7STONE, 2011, p. 115-116.

burbônicas”. Isso gerou, como consequência, o aumento dos ataques dos corsários franceses à costa brasileira,⁸ além de “incalculáveis perdas humanas e materiais nas áreas fronteiriças e prejuízos financeiros que fragilizaram a economia nacional”⁹. Todavia, este posicionamento da Coroa, como ressalta Nuno Gonçalo Monterio (2009), seria sua confirmação pela “opção atlântica”, na qual o Brasil e a garantia de definição e defesa de suas fronteiras eram prioridades. O fato resultante desta ação, naturalmente, foi a aliança com a Inglaterra, potência marítima do período¹⁰.

O próprio Sebastião da Rocha Pita descreveu este período como perigoso, pois, “havia muitos anos, grandes insultos e roubos de piratas” nos mares da “nossa América”, gerando grandes perdas e empobrecimento das pessoas. A solução encontrada pelo rei para esta situação foi colocar “naus que guardassem as costas da Bahia, Rio de Janeiro e de Pernambuco”, mas isso acarretou “grande despesa”, que acabou sendo paga com a cobrança de “dez por cento” de “todas as fazendas que entrassem nas alfândegas das províncias do Brasil”¹¹.

Desta maneira, Portugal, sob o governo de D. João V (1707-1750), buscou uma política de neutralidade e diplomacia que, para além de garantir seus domínios ultramarinos, também garantiu a existência de Portugal como Estado soberano¹², com uma “paridade de tratamento com as outras grandes potências católicas no seu relacionamento com a Santa Sé”¹³, devido sua aproximação aos ideais do Iluminismo e ao intercâmbio cultural com outros países, o que beneficiou a “projeção da realeza joanina

na Europa, nos domínios da Cultura e da Ciência”¹⁴.

Foi neste contexto que, em 1720, D. João V fundou a Academia Real da História, um empreendimento que tinha como função ressaltar ainda mais seu poder, tendo em conta que no documento de fundação constava que a instituição tinha como objetivo de escrever “a História Eclesiástica destes Reinos, e depois tudo o que pertencer a toda a História deles, e de suas conquistas”¹⁵. Diante desta proposta, José Ferreira Carrato, caracterizou a agremiação como possuidora de um espírito fundamentalmente “progressista, reformista, nacionalista e humanista”¹⁶.

Alguns membros da elite, que faziam parte da política diplomática do rei, vivenciaram outras realidades europeias no mesmo período, e por este motivo ficaram conhecidos por “estrangeirados” ou “iluministas”, como, Luís da Cunha e Alexandre de Gusmão, pois, não concordavam com a situação vivida por Portugal, qualificada por eles como defasada, decadente em relação a outras monarquias e propunham reformas profundas, haja vista que questionavam vários pontos da organização do reino, por exemplo, se era realmente vantajoso Tratado de Methuen com a Inglaterra, incentivavam o desenvolvimento das manufaturas no reino, acreditavam que os gastos com as ordens religiosas eram muito grandes, criticavam a atuação da Inquisição¹⁷.

No entanto a preocupação de D. João V não ficava centrada somente na conjuntura e nos acordos diplomáticos na Europa, pois, cuidar das conquistas ultramarinas não era uma tarefa fácil, e ficou ainda mais complicada com a

8SOUZA, 2006, p. 78-79

9COUTINHO, 2007, p. 12.

10MONTEIRO, 2009, p. 345.

11PITA, op. cit. p. 435-436.

12NOVAIS, 1985, p. 17-56.

13MONTEIRO, op. cit., p. 346.

14COUTINHO, op. cit., p. 23.

15COSTA, 1994, p. 102.

16CARRATO, 1980, p. 13.

17MONTEIRO, op. cit., p. 357.

descoberta das jazidas de ouro no interior da América Portuguesa, situação que atraiu uma enorme quantidade de pessoas para o local, devido à possibilidade de enriquecimento fácil¹⁸, e levou a expansão das fronteiras territoriais, deixando Portugal sem o conhecimento total de suas posses, já que este se limitava principalmente “à costa litorânea” no início do século XVIII¹⁹. Segundo Rocha Pita, as minas funcionavam como “pedra-ímã da gente do Brasil” o que levou muitos a deixarem suas capitanias de origem, como a Bahia, e irem com seus escravos buscarem ouro nas “Minas do Sul”²⁰.

Em virtude de todo este cenário experimentado por Portugal, de sua integração com o movimento das luzes na Europa e a criação da Academia Real da História, houve a necessidade de se criar uma agremiação na América Portuguesa com o propósito de reunir materiais necessários para completar a escrita da história do reino²¹.

Consequentemente, o vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes recebeu em 31 de março de 1722 a ordem régia para que reunisse todas as informações necessárias sobre a possessão brasileira para a “composição da História Portuguesa”. Por conseguinte, o vice-rei procurou reunir indivíduos membros das elites tradicionais locais, dentre os quais Sebastião da Rocha Pita e, no dia 7 de março de 1724, instituiu a Academia Brasileira dos Esquecidos, na cidade da Bahia²².

Constituída por indivíduos ligados a Coroa e as autoridades locais e seguindo os padrões da Academia Real da História, a Academia Brasileira dos Esquecidos não deixou de fazer referência aos debates do momento em que foi

criada, apresentando em suas dissertações instrumentos da erudição, normas da retórica, crítica e defesa da fé católica e da monarquia portuguesa²³, consequência do desenvolvimento do iluminismo e da própria política de investimentos cultural e artísticos de D. João V²⁴. Este conhecimento do contexto intelectual do início dos setecentos, período no qual o documento a analisado foi produzido é importante, segundo Quentin Skinner (2000), pois, auxilia perceber qual era a intenção do autor com sua obra. A intencionalidade para Skinner seria “o significado do ato de escrever o texto”, ou seja, o objetivo que o escritor tinha no momento de sua produção, de que natureza eram as perguntas que o inquietavam, seus não-ditos ou em que discussão ele estava inserido. Nas palavras do próprio Skinner “trata-se na verdade de saber o que o autor queria com o texto, o que significa também com as intenções do autor”²⁵.

Fruto dos debates acima mencionados e do contexto de início do século XVIII, Sebastião da Rocha Pita publicou sua História da América Portuguesa em 1730, com o objetivo de dar “notícias” sobre as terras lusitanas na América²⁶, concretizando a proposta da Academia Brasileira dos Esquecidos, que já no documento de fundação tinha como proposta a produzir estudos sobre a “História Brasileira” e ainda reforçou a proposta da Academia Real da História, de “enaltecer, pela produção intelectual, a soberania lusa nos trópicos americanos”²⁷.

Com tais características, os escritos de Rocha Pita seguiam os modelos de escrita do período, no qual a articulação entre política e religião era constante e expressa por meio da

18SOUZA, op. cit., p. 81.

19KANTOR, 2004, p. 15

20PITA, op. cit. p. 890.

21KANTOR, op. cit. p. 57.

22CALMON, 1949, p. 51.

23SINKEVISQUE, op. cit., p. 44.

24MONTEIRO, op. cit., p. 349-350.

25SKINNER, 2000, p. 320.

26SINKEVISQUE, op. cit., p. 17.

27CASTELLO, 1969, p. 3.

retórica²⁸, como podemos notar na dedicatória, que se inicia com o oferecimento do livro ao rei, “Vossa Majestade, porque ao Príncipe, que lhe rege o Império, pertence patrocinar-lhe a história” e termina com o pedido de longa vida e proteção de Deus ao monarca. Como o autor se referia a um monarca católico, conseqüentemente, visava longa vida ao Estado²⁹.

A questão político-teológica se faz presente também na estrutura da obra, que organizada em dez livros, descreve inicialmente as condições geográficas das terras brasílicas, sua fauna e flora e como foram os primeiros momentos do povoamento das terras, seguindo então de forma cronológica a história até o ano de 1724, aonde vai abordando fatos políticos, religiosos e econômicos locais e sua vinculação ao que estava acontecendo em Portugal, o que, possivelmente, garantiu a publicação do livro “Com todas as licenças necessárias”, conforme descrito em sua folha de rosto.

É importante salientar que durante a escrita de seu texto, o autor foi bastante cuidadoso e descreveu as diversas situações de modo a não emitir opinião direta sobre o ocorrido, se preocupando sempre em citar as fontes que utilizou sendo estes documentos ou relatos. Este cuidado com as fontes aparece desde o começo da obra, nas Advertências, quando afirma que todas as informações ali contidas foram confirmadas, “feitas por pessoas, que cursaram as maiores partes dos continentes do Brasil, e as depuseram fielmente como testemunhas de fato, com a ciência de que o Autor as inquiria para compor esta História, cujo essencial intuito é a verdade.”³⁰

Ao escrever sobre assuntos complexos, Rocha Pita procurou analisar as referências que possuía e apresentar

uma visão geral da situação, bem como as iniciativas e tentativas de soluções possíveis buscadas por seus responsáveis, buscando manter certa imparcialidade, mas sem deixar de transparecer suas preocupações.

Este comportamento cauteloso de Rocha Pita pode ser explicado com o auxílio dos estudos de Lawrence Stone (2011), que propõe pensarmos a vida do autor e as suas mudanças de posição na sociedade em que vivia, haja vista que foi nomeado para cargos importantes tanto em Portugal quanto na América Portuguesa. Desse modo, sua postura seria consequência de seu status político, da carreira que construiu como Acadêmico, das suas afiliações sociais e econômicas³¹.

Além disso, como afirma José D’Assunção Barros (2005) todo texto tem um destino, o seu receptor está diretamente ligado a rede de poderes que ajudam a produzi-lo, pois toda escrita tem uma intenção, seja esta uma mensagem a ser transmitida ou informação a ser registrada³². Renato Janine Ribeiro (1999) complementa esta ideia, ressaltando que toda composição se destina a um leitor ideal, delimitado por suas características específicas, pois, segundo ele, o texto é a arma do escritor, que visa atingir o seu leitor, dado que a leitura nunca é um ato passivo³³. No caso aqui estudado, Rocha Pita teve o cuidado de escrever se atentando às instituições que iriam ler sua composição, o que garantiu que fosse publicada com as licenças da Academia Real, do Santo Ofício, do Ordinário e do Desembargo do Paço, conforme constante na primeira edição.

Martinho de Mendonça, desembargador do Paço, se refere a obra como sendo “digna de louvor e prêmio” pelo cuidado que o escritor teve em

28HANSEN, 2000, p. 24.

29SINQUEVISKE, op. cit., p. 24.

30PITA, 1730, Apresentação.

31STONE, op. cit., p. 115-116.

32BARROS, 2005, p. 133.

33 RIBEIRO, 1999, p. 340.

“aumentar a glória da Pátria” e deixar transparecer como a ilustração joanina se estende para além das fronteiras europeias e “anima também os das mais distantes partes do mundo”³⁴. Propõe algumas breves correções ligadas a omissões do texto, que por ser sucinto, esconde alguns feitos importantes e, em seguida, aprova sua publicação. Na mesma linha de análise, o representante das ordenanças, padre Joseph Barbosa ressalta o caráter completo da História da América Portuguesa, na qual não percebe distinção entre os acontecimentos relatados. Segundo o padre, seu único defeito era “não ser mais dilatada, para que os leitores se pudessem divertir com maior torrente de eloquência”³⁵.

O Santo Ofício emitiu duas avaliações para a História, assinadas pelos freis Manoel Guilherme e Bartolomeu de S. Gião. Ambas as análises deixam bem claro o cuidado que tiveram com a questão da retórica utilizada por Rocha Pita, principalmente quando o primeiro afirma que o escritor “desempenha todas as leis da História”, uma fato considerável, pois tais leis seriam em grande número e de difícil observação, além de não “atentar contra a fé, ou bons costumes”³⁶.

As licenças da Academia Real chamam a atenção, pois, enquanto D. Antônio Caetano de Souza fez um parecer consonante com os demais órgãos, em tom elogioso, afirmando que a obra é a única completa sobre os domínios reais nesta parte do mundo, com uma leitura “agradável”, em virtude de ser uma história “em estilo elegante”, muito parecida com o estilo da história romana. Ademais, agradece pelo cuidado do literato em escrever uma “história política”, mas que tem muito da “história natural”³⁷. Já a apreciação de Antônio

Rodrigues da Costa, além de bem curta, nada se parece com as demais, pois os elogios deram lugar a crítica, visto que para ele, a obra se “parece mais elogio, ou panegírico, que História”³⁸. Mesmo assim, não vê nada que impeça a publicação da obra. Por ser diplomata e também deputado do Conselho Ultramarino, sua postura se explica, possivelmente, pelas ideias semelhantes a de Luís da Cunha e Alexandre de Gusmão.

Assim, os pareceres da obra de Rocha Pita deixam transparecer a diferença de posicionamento entre estrangeirados e adeptos da forma de governo de rei, o que não impediu a aprovação do texto, haja vista que o mesmo se adequou aos padrões do período esperados pelos censores.

Todavia, mesmo com a indicação de publicação, é importante perceber com uma leitura mais atenta que em vários momentos do livro, como no prólogo, o autor de maneira velada criticou a atitude lusitana de conquistar as terras da América Portuguesa e não valorizá-las devidamente, o que acarretou na falta de pessoas que se dedicassem, até aquele momento a escrever a história desta região³⁹. Mais críticas vão aparecendo no decorrer da obra, como por exemplo, ao se referir aos benefícios gerados por uma situação de paz no país e aos danos causados pelas guerras no livro sexto, quando saudou o infante D. Pedro ao assumir o reino com o título de príncipe governador⁴⁰.

Podemos observar este comportamento do escritor logo no “primeiro livro” da obra, onde ele começa expondo os pontos positivos da América Portuguesa: o grande número de engenhos, o forte comércio e a alta frequência das embarcações que saem para

34 PITA, op. cit. Licenças.

35 Idem.

36 Idem.

37 Idem.

38 Idem.

39PITA, op. cit., Prologo.

40Ibidem, p. 185.

o Reino, além de descrever o povo como culto, letrado, que estudou não somente no colégio dos Jesuítas, mas também na Universidade de Coimbra e em outras partes da Europa⁴¹. Porém, logo em seguida se mostra inconformado com o empobrecimento de algumas famílias, “em outro tempo muito ricas, hoje pouco poderosas ou quase exaustas”, tudo isso, segundo o autor, consequência do aumento do custo de vida e dos preços dos produtos utilizados nas “fábricas, o luxo e a prodigalidade com que gastam suas riquezas”, além das condições climáticas desfavoráveis.

O autor também denunciou a violência na Bahia, na qual cinco homens “nobres por nascimento, mas vis por exercício” cometiam roubos, homicídios, estupros “e todo género de insolências e delitos, sem ficar fazenda, casa, honra nem lugar seguro dos seus insultos”, acarretando pedidos de intervenção do governador⁴². Da mesma forma, evidenciou as rondas que o governador mandava realizar a noite, “a fim de colher alguns dos delinquentes”, mas que acabava por prender “muitos inocentes”, resultando no pedido de mediação do rei, pela “consternação em que se achava a Bahia, e das vexações que nela se padeciam”⁴³.

As consequências da descoberta de ouro não passaram despercebidas por Rocha Pita, que por ser senhor de engenho também as viveu diretamente. O primeiro ponto abordado por ele foi o deslocamento de escravos para as minas, que teve como resultado a diminuição da produção e “do negócio de outras mercadorias”, causando “maior prejuízo aos direitos e rendas reais dos príncipes e monarquias”. Além disso, “outro maior mal” que ameaça “a última ruína”, foi os “excessivos preços escravos do gentio de Guiné”, que encareciam a produção de

açúcar, “de forma que alguns senhores destas propriedades, não tendo negros com que as beneficiar, nem posses para os comprar pelo grande valor em que estão, as deixam precisamente”, conseguindo se manter só alguns que possuíam maiores cabedais⁴⁴. Ao ter conhecimento dos prejuízos, o rei D. Pedro proibiu o trânsito de escravos da Bahia para as Minas, com a pena de “mandar que todos os que se tomassem naquela expedição se confiscassem para sua real fazenda e para os delatores”⁴⁵.

Desse modo, pode-se perceber que seus escritos não estavam voltados unicamente para os censores ou para o rei como consta da dedicatória, mas para outro grupo, o que acaba levantando as seguintes questões: para quem o autor queria mostrar seu descontentamento? Ele estava dialogando com qual grupo especificamente? Qual sua perspectiva ao escrever sua obra? Estas novas perguntas, ainda sem respostas, serão o norte para o desenvolvimento de nossa pesquisa de doutorado.

Considerações Finais

Ao examinarmos a obra de Rocha Pita, podemos perceber em seu discurso a preocupação em fornecer a Portugal uma visão completa de seus domínios na América, indo além da questão do engenho de açúcar e dos escravos, para assim ser possível continuar o projeto da Academia Real da História Portuguesa, de reunir todas as informações possíveis sobre as posses lusitanas e construir a história geral do Império.

Para tal feito, se valeu do modelo de produção do discurso histórico do período, expressando por meio de sua retórica a articulação entre política e religião, com o objetivo de descrever a

41PITA, op. cit. p. 61-62; 106.

42 PITA, op. cit. p. 336.

43Ibidem, p. 318.

44Ibidem, p. 390-391.

45 Idem.

realidade que vivia. Pode-se notar que foi muito prudente em sua composição, possivelmente porque seu texto teria que ser avaliado por várias pessoas, de diferentes cargos e posições, para então conseguir a licença para publicação. Porém, em vários momentos deixou com que seus pontos de vista e suas preocupações aparecessem no texto, pois, a realidade por ele relatada influenciava diretamente em seu cotidiano, assim como os procedimentos e posturas adotados pela Coroa.

Assim, os assuntos aos quais se dedicou e a forma como trabalhou cada um deles foram feitos tendo como base não somente as letras do período setecentista e a necessidade de se escrever sobre esta parte do império lusitano, mas também estiveram vinculados a um ponto de vista e um posicionamento específico do autor, aos seus anseios e convicções, os quais parecem não estar ligados diretamente aos interesses da Coroa e que nos propomos a examinar em nossa tese.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa: UFPB, n. 12, p. 128-141, 2005.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 7. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295770>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- BOXER, Charles. **O império marítimo português**, 1415-1825. Trad. Anna Olga Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CALMON, Pedro. **História da literatura bahiana**. São Paulo: J. Olympio, 1949.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A** escrita da história, Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 65-109, 1982.
- COUTINHO, Ana-Sofia de Almeida. **Imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII**. Porto, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Porto.
- KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “ethos” da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao Rei. **Revista de História das Ideias**, v. 19, p. 383- 402, 1998.
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa** desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724. Lisboa Ocidental: Na Oficina de Joseph Antônio da Silva, Impressor da Academia Real, 1730.
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa: A esfera dos livros, 2009.
- RIBEIRO, Renato J. A filosofia política na história. In: _____. **Ao leitor sem medo**: Hobbes escrevendo contra seu tempo. BH: Editora UFMG, 2000.
- SINKEVISQUE, Eduardo. Sebastião da Rocha Pita. In: VARELLA, Flávia; DE OLIVEIRA, Maria da Glória; GONTIJO, Rebeca. **História e historiadores no Brasil**: da América Portuguesa ao Império do Brasil–c. 1730-1860. EdIPUCRS, 2015, p. 17-42.
- SKINNER, Quentin. Entrevistas. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. Trad. Gustavo Biscaia de Lacerda e Renato Monseff Perissinoto. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.